

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em 2019, o fundo imobiliário Seven Properties, com ligações à Mirpuri Foundation, adquiriu por 16 milhões de euros um conjunto de quintas, no total de 600 hectares, localizadas na Comenda, em área protegida do Parque Natural da Arrábida. Nesse conjunto a que chamam “herdade da Comenda” situa-se o Palácio da Comenda, obra do arquiteto Raul Lino. Desde então, os proprietários têm posto em causa o acesso a espaços públicos e a própria segurança do Parque Natural. Situação que tem sido publicamente denunciada pela Associação de Cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado.

Logo no início de 2020, os novos proprietários lavraram o terreno que dá acesso ao estacionamento da praia de Albarquel, vedaram o acesso à Capela de São Luís da Serra (Paróquia de Nossa Senhora da Anunciada) e ao Moinho dos Cabeços (casa-abrigo do Agrupamento 415 do Corpo Nacional de Escutas). Acresce que as vedações erguidas, que incluem arame farpado e outros obstáculos, estão não só a impedir a normal circulação de pessoas e animais, como também impedem o acesso aos caminhos corta-fogo.

No dia 27 de setembro de 2021, recorrendo a uma empresa de segurança privada e à vedação do espaço, os proprietários dos terrenos conhecidos como “herdade da Comenda” impediram o acesso da população ao Parque de Merendas da Comenda. Este parque é usado há várias gerações pela população, tendo a Câmara de Setúbal investido em 2019, segundo o movimento de cidadãos pela Arrábida e Estuário do Sado, mais de 100 mil euros em obras e mobiliário urbano, que agora se encontra removido pelos alegados proprietários deste espaço público.

Existiram no passado, com anteriores proprietários, projetos de artificialização desta zona, com a construção de uma marina e a criação de um campo de golfe. Apesar de os proprietários atuais negarem essa intenção, as preocupações populares têm crescido.

No dia 3 de outubro, realizou-se uma manifestação em defesa do uso público do Parque de Merendas da Comenda. Por essa ocasião, o Presidente da Câmara de Setúbal reiterou que o acesso à população aos caminhos tinha sido garantido em acordo escrito pelo anterior

proprietário e que o Município tinha assumido a responsabilidade investir no parque com equipamentos, manutenção e limpeza, pelo que os novos proprietários dos terrenos têm de assumir esse compromisso pré-estabelecido.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem acompanhado os protestos populares e encara com muita preocupação as ações dos proprietários das quintas da Comenda, claramente lesivas do interesse público, uma vez que colocam em risco a preservação do Parque Natural e desrespeitam os direitos da população sobre um parque de merendas situado em espaço público.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. De que forma irá o Governo atuar para garantir que o Parque das Merendas, enquanto espaço público, continua a poder ser usado pelas populações?
3. Tem um Governo conhecimento de algum projeto que envolva a artificialização da zona das quintas da Comenda, nomeadamente tendo em vista a construção de uma marina e de campos de golfe ou alojamento turístico?
4. O Governo vai tomar medidas para proteger a segurança do Parque Natural da Arrábida, como a remoção de vedações e obstáculos colocados pelos proprietários das quintas da Comenda?

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2021

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

NELSON PERALTA(BE)